

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO EAD**

Marcelo Rafael Petry

**O DESENVOLVIMENTO E A POPULARIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO  
SOLIDÁRIO ENQUANTO MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO E  
CONTRA-HEGEMÔNICO**

Porto Alegre

2021

Marcelo Rafael Petry

**O DESENVOLVIMENTO E A POPULARIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO  
SOLIDÁRIO ENQUANTO MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO E  
CONTRA-HEGEMÔNICO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização Cooperativismo EAD da UFRGS, realizado pelo Campus Litoral Norte da UFRGS por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Brasil).

Orientador:

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

Porto Alegre

2021

## CIP - Catalogação na Publicação

Petry, Marcelo Rafael  
O DESENVOLVIMENTO E A POPULARIZAÇÃO DO  
COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO ENQUANTO MOVIMENTO  
EMANCIPATÓRIO E CONTRA-HEGEMÔNICO / Marcelo Rafael  
Petry. -- 2021.  
39 f.  
Orientador: Alberto Bracagioli Neto.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus  
Litoral Norte, Especialização em Cooperativismo,  
Tramandaí, BR-RS, 2021.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativismo Solidário. 3.  
Economia Solidária. 4. Autogestão. 5. Hegemonia  
Neoliberal. I. Bracagioli Neto, Alberto, orient. II.  
Título.

## DEDICATÓRIA

Dedico esta obra à Sra. Iara Mariza Petry e ao Sr. Ricardo Petry (*in memoriam*), amorosos e saudados pais e avós, cujo falecimento se deu recentemente após acometimento pela Sars-Cov-2 (COVID-19). Ambos deixaram o legado de valores e princípios à sua família como a educação em primeiro lugar e o amor incondicional. Cabe salientar que em vida ambos torciam pela conclusão do presente manuscrito. Certamente neste momento acompanham a sua conclusão e continuam a torcer para que esta semente possa germinar, florescer e gerar frutos à coletividade.



## AGRADECIMENTOS

A oportunidade para este autor concluir o presente trabalho se fez possível em virtude de uma conjugação de múltiplos esforços e iniciativas. Sinto profunda gratidão por todos envolvidos neste processo e desde já manifesto sinceras escusas caso deixe de citar alguém. Muito obrigado a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha esposa e aos meus filhos, base fundamental de minha vida e motivo de tudo que sou. Agradeço pelo amor incondicional, paciência e apoio em todos os momentos. Renata, sou para sempre teu, te amo com toda minha alma! Benjamin e Joaquim, Amo vocês eternamente!

Amor este que se estende às minhas irmãs e demais familiares, um abraço apertado em cada um. Obrigado por tudo!

Além disso, agradeço a todos os meus amigos, por tornarem esta existência sempre mais leve e bonita. Um forte abraço!

De forma especial, agradeço a todos os militantes e adeptos do cooperativismo ao longo da história, por manterem esta chama acesa ao longo dos séculos e nos trazerem até aqui. Espero poder retribuir com a guarda e o alastramento deste fogo.

Neste contexto, agradeço a todos com quem interagi quanto a este tema e ajudaram a sedimentar em mim o amor por este movimento.

Na pessoa da companheira Maria Suziane Gutbier, saúdo a todos os integrantes do Programa Catavida e das Cooperativa Coolabore e UNIVALE (Novo Hamburgo). Foi com vocês que tive o primeiro contato com o cooperativismo e pude entender a fundamental importância da Economia Solidária. A todos desejo muito sucesso na empreitada.

Após esse período, pude aprender um pouco mais sobre o tema com o camarada Dr. Gustavo Moura de Oliveira, quando participei de curso ministrado por ele na Universidade FEEVALE. Foi um momento de grande aprendizado e fortalecimento de vínculos. Gustavo, estamos juntos!

Neste curso reencontrei uma pessoa que teve papel fundamental no meu desenvolvimento e hoje é um grande amigo. Josué Carvalho dos Santos é o Presidente da COOPERFEITORIA (São Leopoldo). Neste espaço, junto aos demais associados, pude vivenciar o cooperativismo solidário na prática durante dois intensos anos. Josué, tu és um grande exemplo de ser humano e sou muito grato e honrado por te conhecer, ser teu amigo e ter a oportunidade de trabalhar contigo.

Estendo este abraço à toda família Carvalho dos Santos, à todos associados da COOPERFEITORIA e a todas as cooperativas da Coleta Seletiva Compartilhada de São Leopoldo, às quais realizam importante serviço ambiental à comunidade Leopoldense.

Ainda, agradeço a todos os colegas e professores do curso de Especialização em Cooperativismo EAD UFRGS, por tornar esta empreitada possível. Aqui, faço destaque aos Professores Jairo Bolter e Alberto Bracagioli Neto, Coordenador do curso e Orientador deste trabalho, respectivamente. Agradeço-lhes pela iniciativa e desprendimento.

Por fim, manifesto profunda gratidão à Deus e aos guias espirituais que nos acompanham e inspiram ao longo desta trajetória terrena. Dou graças por estas bênçãos.

A todos meu muito obrigado!

**EPIGRAFE**

*Seamos libres y lo demás no importa nada.*

José de San Martín, 1819.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 A trajetória do cooperativismo no sistema-mundo capitalista neoliberal e a vertente solidária em contexto hegemônico.....	8
1.2 Objetivo Geral.....	13
1.2.1 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Metodologia.....	14
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	14
2.1 Razoabilidade e potencialidade do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.....	14
2.2 Urgência, dilemas e desafios para a popularização e desenvolvimento do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.....	20
2.3 Perspectivas e caminhos para o fortalecimento e superação dos desafios e dilemas para a popularização do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.....	22
<b>3 CONCLUSÃO</b> .....	26
<b>4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	28

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A trajetória do cooperativismo no sistema-mundo capitalista neoliberal e a vertente solidária em contexto hegemônico.

Ao realizar a leitura da história das relações de trabalho, podemos perceber que o desenvolvimento dos sucessivos períodos econômicos sempre foi acompanhado por dinâmicas de lutas, iniquidades e conquistas de direitos dos trabalhadores. Ato contínuo, o desenrolar do Século XIX no Continente Europeu foi eminentemente marcado pela Revolução Industrial. Este período se caracterizou por severas contradições e dificuldades sociais, o que desencadeou a mobilização de trabalhadores identificados com as formulações do Marxismo e do Socialismo Utópico (Hobsbawn, 1977).

É importante frisar que no íterim iniciado nas últimas décadas do século XVIII, o pensamento iluminista associado ao desenvolvimento tecnológico levou à multiplicação das fábricas e das trocas econômicas envolvendo produtos manufaturados (Oliveira, 2004). Disto, restou o enriquecimento dos empresários e a distribuição de privilégios entre os membros da classe burguesa da época (Bresser-Pereira, 2011). Contudo, ao passo que as poucas famílias da burguesia aumentavam suas posses e riquezas, aprofundava-se o processo de precarização do trabalho, crescimento desordenado das cidades e das massas proletárias (Antunes, 2011). Ao mesmo tempo, crescia a fome, a miséria e a doença assim como os demais mecanismos de dominação e exploração peculiares a mercantilização da propriedade e do trabalho e que se perpetuam ao longo da história em favor da reprodução das relações de produção, seja no meio urbano como no rural (Lefebvre, 2020).

Em contestação àquele sistema social, as articulações lideradas por pioneiros como Robert Owen (1771 – 1858) e Charles Fourier (1772 – 1837) - aos quais imputa-se a alcunha de precursores do pensamento e da prática cooperativa - compuseram trincheira no campo da luta proletária. Ao passo que Owen buscava empreender com base na ideia central de que experiências de trabalho e consumo desprovidas dos princípios de competitividade resultam na formação de sujeitos e de uma sociedade mais fraterna, Fourier considerava

que a sociedade só poderia ser transformada a partir dos falanstérios, que seriam uma espécie de hotéis cooperativos, onde os associados teriam, além de experiências de trabalho pautadas em cooperação, solidariedade e coletividade, também todas as suas experiências de vida. Nestas hipóteses, a competição seria substituída pela cooperação e o individualismo pelo cooperativismo. Com isso, empreendia-se o combate às iniquidades em sua nascente (Pinho, 1977), inclusive por meio da apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores (Germer, 2007).

Contemporâneo a este processo histórico (1844), é destacado o papel da “Rochdale Society of Equitable Pioneers”. Esta experiência consistiu na formação de uma cooperativa composta por trabalhadores ingleses e que adotou de forma fortemente arraigada princípios e valores da auto-organização e de equidade.

Idealmente, a essência do cooperativismo como prática pode ser entendido como um tipo de expressão ou exercício de ideais de democracia econômica e gestão coletiva, resultando em um modelo alternativo de produção. A este modelo, tem se atribuído o título de autogestão (Nascimento, 2004).

Ao visitarmos o autor clássico da autogestão Fernando Prestes Motta, verificamos em seu livro “Burocracia e Autogestão” que é possível extrair entendimentos robustos acerca do tema a partir da leitura do filósofo Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865) (Gutierrez, 2010). Na obra de Fernando, destaca-se o exemplo concreto de modelo de sociedade, qual seja a Comuna de Paris de 1871, enquanto a manifestação de um “autogoverno” dos produtores. Nesse sentido, “Segundo o princípio de autogestão operária, a Comuna seria o lugar fundamental de autonomia coletiva, seria o lugar da iniciativa social, onde o grupo administraria, livre e espontaneamente, seus interesses comuns” (Motta, 1981, pg 59).

Em consonância, Maurício Tragtenberg defendeu a necessidade da autogestão para transformações sistêmicas no plano econômico. Para o autor, a autonomia deve ser construída a partir da organização dos trabalhadores da base de produção (Do Amorim, 2015).

Desde o primeiro momento até os dias atuais, o modelo desenvolvido pelos pioneiros de Rochdale tem inspirado pessoas ao redor do mundo para o exercício do cooperativismo (Fairbairn, 1994). Este modo de vida é responsável por mais de três milhões de empreendimentos em atividade no planeta e tem a aderência de ao menos 1 (um) em cada 8 (oito) seres humanos (ICA, 2021). Após 177 anos de história, o cooperativismo alcançou marcas como a cifra de 2 bilhões e 146 milhões de dólares movimentados em 2020 pelas 300 maiores cooperativas do mundo (ICA, 2021), o que equivaleria à oitava economia mundial do referido ano segundo o Fundo Monetário Internacional (2021).

Ao aprofundarmos o estudo sobre a história recente do cooperativismo e da autogestão, verificamos que as experiências relacionadas à Economia Solidária comungam desse mesmo protagonismo. Esta tem se constituído desde a década de 1980, como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, o que vem acontecendo por meio da organização e da formação dos trabalhadores, resgatando assim princípios do cooperativismo e do associativismo (Oliveira, 2018).

A interpretação desavisada destas informações pode levar o leitor ao entendimento de que o modelo autogestionário triunfou ao longo do tempo e alcançou o sucesso enquanto modo de vida e de sociedade. De fato, a bandeira permanece hasteada, o que não desmerece colocar esta questão em perspectiva e contexto. Para atingirmos tal objetivo, partimos da premissa de que o modelo capitalista neoliberal se fez hegemônico neste sistema-mundo, que se expressa por meio da realidade das inter relações humanas no planeta terra (Maisuria, 2020). Nesse sentido, a predominância de uma classe social sobre outras em termos ideológicos, culturais e econômicos são critérios definidores de tal hegemonia.

Em que pese o propositalmente continuado discurso de crise (Azmanova *et. al*, 2021), o neoliberalismo em seu ápice se faz evidente na observação de fatos como a ininterrupta ofensiva dos grandes conglomerados multinacionais sobre os fluxos de bens e serviços, os mecanismos especulativos de acumulação financeira e a predominância geopolítica das superpotências interimperialistas (Balsa *et. al*, 2021).

Como consequência, o período histórico e evolutivo da humanidade vivenciado na segunda metade do século XX e Início do século XXI tem como

característica marcante a ampla miríade de mazelas às quais estão submetidas a maior parte da população humana assim como os sistemas de regulação da vida e da homeostase ecológica em *Gaia* (Giroux, 2021).

Como exemplo, podemos perceber os reflexos deste sistema na crescente desigualdade econômica entre as pessoas. Segundo o relatório intitulado “O Vírus da Desigualdade” produzido pela OXFAM no ano de 2021, nos últimos 40 anos, a população caracterizada por ser composta pelo 1% entre os mais ricos do planeta recebeu o montante equivalente à renda auferida por 50% da população global mais pobre. Segundo este mesmo relatório, tal desigualdade se acentua em virtude do gênero, raça, região assim como em termos ambientais e climáticos.

Aponta para o agravamento deste processo o relatório sobre a riqueza global recentemente publicado pelo *Credit Suisse*. Segundo este estudo, os ricos brasileiros aumentaram suas riquezas em 2,7% em 2020, de modo que esta é a maior concentração de renda entre os países avaliados. Enquanto isso, observou-se o desmonte dos mecanismos de Segurança Alimentar e Nutricional, ocasionando assim o aumento de pessoas em situação de fome no país (Da Cruz, 2020).

De forma conexa, a quantidade de recursos naturais consumidos e os resíduos gerados no processo de suprimento das necessidades humanas supera a capacidade geológica natural do habitat em disponibilizar tais proventos (Löwy, 2010) bem como em assimilar os detritos produzidos (Rees, 2003). Esse processo tem ocasionado o colapso de muitos mecanismos ecológicos relevantes (Foley, 2005). Tal fenômeno tem ocorrido de forma indiscriminada e crescente em toda a superfície do Planeta, causando efeitos mais ou menos salientados em diferentes pontos do Globo (Rawles, 2010).

É importante frisar neste ponto que a magnitude dos efeitos e a vulnerabilidade dos povos são diretamente proporcionais aos índices de pobreza e miséria e inversamente proporcionais ao desenvolvimento humano das Nações e populações (Galafassi, 2002) (Cheng, 2018).

De forma determinante, as mazelas econômicas e ambientais estão intrinsecamente ligadas às condições de saúde das populações. Desse modo, a pobreza é a principal causa da fome e da desnutrição (Von Braun *et. al*, 2021), assim como a diminuição da biodiversidade está associada ao aumento



da circulação de cepas virais nocivas à espécie humana. Este último processo pode inclusive ter dado origem à pandemia que nos assola (Penna, 2021). Cabe salientar que inclusive o contágio de caráter pandêmico do Sars-Cov-2 atinge às pessoas de forma desigual, sendo a vulnerabilidade social fator de risco para a morte por COVID-19 (Mujica & Victora, 2021).

De maneira geral, as populações desassistidas enfrentam problemas de governança local, mas acabam por depender de soluções nacionais e globais, às quais não são aplicadas na maior parte das vezes. Com isso, as condições mais básicas para uma vida digna são as maiores necessidades ao redor do mundo, desde água limpa, comida, saúde, educação e cultura (Dowbor, 2017).

É durante o advento deste mundo hegemonicamente neoliberal, faminto e doente que se dá a trajetória cooperativista e autogestionária, o qual vem a constituir no momento que vivemos e de forma aguda neste país aspecto residual da atividade laboral humana, senão vejamos:

Os números de pessoas que compõem as populações economicamente ativas no mundo e no Brasil correspondem a 3.387 bilhões e 99.843 milhões, respectivamente (Banco Mundial, 2021).

No entanto, segundo a aliança cooperativa internacional, o modelo cooperativo responde por uma força de trabalho equivalente a 280 milhões de pessoas (aproximadamente 8% do total). Já no Brasil, o anuário do cooperativismo brasileiro, publicado em 2020 pelo Sistema OCB, revela que as cooperativas são responsáveis por 427.576 postos de trabalho. Ou seja, este montante corresponde a apenas 0,4% do total da nossa força de trabalho.

Além disso, se entendermos o conjunto de cooperativas de trabalho como expressão cooperativista da Economia Solidária e da autogestão (Dos Anjos, 2014), verificaremos à luz do relatório alhures que este modelo corresponde a parcela ainda menor do total de postos de trabalho no país. Muito embora este tipo de avaliação possa ser limitada visto que este relatório não diferencia cooperados em função de sua relação de trabalho com os diferentes tipos de cooperativas, ainda assim é notório o fato de que a economia solidária carece de penetração e capilaridade no seio da sociedade.

Segundo a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (2021), esta entidade abrange hoje 800 mil trabalhadoras e trabalhadores sob seu espectro (0,8% do total da população economicamente ativa no país).

Ainda, no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, contamos com mais de 1 milhão e duzentas mil empresas, dentre as quais quase 600 mil são microempresas individuais (SEBRAE, 2020) e apenas 50 cooperativas de trabalho (OCERGS,2020).

Sendo estes os elementos introdutórios trazidos até aqui, traço o seguinte questionamento fundamental:

Com fulcro na literatura científica disponível e no intuito de contribuir com a transformação do cenário descrito, é possível formular estratégias e desenhar caminhos para o desenvolvimento e a popularização do Cooperativismo Solidário enquanto movimento emancipatório contra-hegemônico?

## 1.2 Objetivo Geral

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é articular elementos relacionados à potencialidade e razoabilidade do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico bem como traçar possíveis caminhos para o seu fortalecimento e popularização no Brasil.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

Assim sendo, os objetivos específicos deste trabalho são:

- A) Articular fatos e argumentos a fim de demonstrar a razoabilidade e a potencialidade do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico no contexto do Sistema-Mundo Capitalista Neoliberal.
- B) Contribuir com a sedimentação de estratégias e possíveis caminhos voltados ao desenvolvimento e popularização do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico no contexto do Sistema-Mundo Capitalista Neoliberal.

### 1.3 Metodologia

Para atender aos objetivos elencados, o que implica buscar construir familiaridade entre os temas abordados e o leitor, o presente estudo desenvolve uma Pesquisa Exploratória do tipo Levantamento Bibliográfico (Gil, 2007).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### 2.1 Razoabilidade e potencialidade do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.

Frente à sanha neoliberal, o princípio da solidariedade pode figurar como opção ao paradigma dominante que compulsoriamente vivenciamos em sociedade. Contrapondo-se à mercantilização do território e do tempo imposta pelo neoliberalismo, o agir solidário enquanto mecanismo social pode romper com esta hegemonia (Neto, 2016).

Nesse sentido, tal potencialidade está assentada, dentre outros fatores, à possibilidade de desenvolvimento econômico e social aliado à conscientização e conquista das mentes e corações para a superação dos desafios cotidianos relacionados ao sistema-mundo capitalista e neoliberal (França Filho, 2007). Em outras palavras, o modelo econômico solidário possui associado a si a justa coerência democrática para mediar a emancipação civilizatória e a construção da cidadania nas comunidades (Borba, 2010).

No ano de 2008, em entrevista ao Professor de Economia da USP Paulo Salles de Oliveira, Paul Singer definiu a Economia Solidária da seguinte forma:

*Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas*

*são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.*

Segundo Gaiger, este mecanismo possui forte ancoragem social à medida que cria competências relacionais e laços de confiança entre seus protagonistas de modo a cultivar vínculos entre si e com a comunidade na qual está inserida. Desse modo, difere substancialmente do modelo individualista e utilitarista reinante nos dias atuais.

Por sua vez, esta mentalidade colaborativa e antiutilitarista em âmbito local está no cerne da construção de uma sociedade mais madura, inclusive no que diz respeito ao atendimento das necessidades primárias da população (De Pinho, 2015).

Além disso, ao exercitar a gestão coletiva e a apropriação dos meios de produção, quem vive segundo os princípios da Economia Solidária aponta para uma perspectiva diferente da economia mercantil e da separação das classes em virtude de suas posses e riquezas (Pinheiro, 2016).

Com fulcro nos atributos do agir solidário, é possível verificar que a sua raiz se encontra na percepção integral do ser humano, a qual se contrapõe à perspectiva cartesiana (Adams, 2014). Nesse sentido, o estudo da relação do ser humano com seu habitat natural tem despertado em vasta literatura científica a ideia de que os problemas analisados são todos interligados e interdependentes. A esse tipo de percepção tem se dado os mais variados nomes, como Teoria da Complexidade, Dinâmica não-linear, Dinâmica de rede, Pensamento Sistêmico, Ecologia Profunda, Novo Paradigma Cultural, dentre outros. Conforme demonstrado por Juscelia da Silva em 2014, é importante salientar que tal paradigma guarda íntima relação e sinergia com os valores e princípios do cooperativismo. Portanto, faz-se mister fundamentar este tema, o que é feito a partir da obra literária e científica intitulada “A Teia da Vida” (2006), do físico e filósofo da Ciência Fritjof Capra.

De forma aprofundada, o Novo Paradigma identifica e justifica a necessidade de mudança no atual padrão civilizatório, no qual a maioria de nós

- Seres Humanos, instituições e corporações concordamos com uma visão de mundo vigente a centenas de anos, porém obsoleta e inadequada para lidar com o Planeta superpovoado e globalmente conectado.

A perspectiva hegemônica tem dominado nossa cultura por séculos, sendo que o berço do arcabouço filosófico, intelectual e científico ocidental se consolidou a partir dos desenvolvimentos dos filósofos René Descartes e Sir Isaac Newton. O “Pensamento Cartesiano” foi a semente para muitos avanços científicos, tecnológicos e civilizatórios até determinados pontos das linhas históricas da humanidade. No entanto, este paradigma tem se mostrado insuficiente para desafios cada vez mais complexos tais como a superação da desigualdade, a erradicação da fome, a degradação do meio ambiente e suas consequências. Conceitualmente, tal modelo consiste em uma série de ideias e valores entrincheirados entre si tais como a visão do universo mecânico, composto por blocos elementares, o corpo humano como máquina, espírito e mente dissociados, natureza a serviço da humanidade, sociedade como competição e o progresso material ilimitado.

Perante os valores e elementos acima, os diálogos sobre os aspectos filosóficos e sociológicos da ecologia trazem à luz a natureza antiecológica e anti cooperativa das estruturas socioeconômicas arraigadas ao sistema de dominação, tais como o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo, o racismo e o exercício de poder por meio da autoridade e do modelo hierárquico vertical.

Em contraponto, é importante considerar que o tipo de poder que mais se assemelha ao novo paradigma é a influência, exercida por meio da estrutura coletiva de rede, metáfora central da Ecologia. Assim, a mudança de paradigma é intermediada pela expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores refletidos em atitudes, eis que conexos. Ou seja, as mudanças destes são interdependentes entre si e o ato de denominar a emergência desta realidade enquanto “ecológica” significa que são as ciências da vida e humanas que se encontram em seu âmago.

Esta leitura holística da realidade concreta também é detectável em modelos descritos por Karl Polanyi como Economias Substantivas. Nestas, em virtude dos seus estudos junto a povos originários - cuja formação cultural é diversa em relação à judaico-cristã ocidental, o autor entende que os aparatos

econômicos do mercado funcionam como extensão da organização social e dos processos de reprodução das relações de produção. Em consonância com esta linha de pensamento, o autor Juan Martín Alien resgata o fato de que o sentido atribuído pelo filósofo Aristóteles à palavra Economia reflete justamente o que nos dias atuais se entende por “Ecologia Humana” (1988) Assim, no contexto hegemônico neoliberal, a lógica mercantil e seus desdobramentos refletem o comportamento humano de subjugação dos pares (Carneiro, 2007; Silva, 2011).

Assim sendo, Polanyi demonstrou que o desmoronamento social é reflexo do equívoco de avaliação do determinismo de mercado, que subordina as relações sociais às condições econômicas. Desse modo, o autor expõe a indissociabilidade entre terra e trabalho, entre ser humano e natureza (Do Nascimento, 2015).

Contudo, vale destacar que embora haja notável compatibilidade entre os saberes contemplados pelo Pensamento Sistêmico, isso não quer dizer que os integrantes das cooperativas, dos empreendimentos e movimentos autogestionários e de Economia Solidária tenham plena consciência destas elaborações. Muito antes pelo contrário, existem estudos que demonstram severas dificuldades em inserir indivíduos nas lógicas do cooperativismo e da Economia Solidária (Barreto, 2009).

As avaliações e fatos trazidos até denotam a importância em buscarmos identificar com nitidez os contornos da expressão socioeconômica e socioestrutural dos processos autogestionários no âmbito capitalista-neoliberal ao qual estamos submetidos.

Primeiramente, é de fundamental importância compreendermos a inequívoca relevância do estado na expansão do número dos empreendimentos de economia solidária em nosso país, o que se deu por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2002. Quanto a isso, levantamentos demonstram que mais de 60% das iniciativas autogestionárias foram iniciadas no período entre 2000 e 2009 (Gaiger & Kuyven, 2019).

Nesse mesmo intuito de delinear o escopo da autogestão, ao

consultarmos o site da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil) podemos verificar que as experiências em curso no país atuam conforme eixos temáticos, quais sejam:

- Metalurgia e polímeros;
- Alimentação;
- Construção civil e habitação;
- Confeção e têxtil;
- Cooperativas sociais;
- Reciclagem;
- Artesanato;
- agricultura familiar;
- Apicultura e;
- Fruticultura.

Além disso, segundo o IPEA (2017), contamos com mais de 19 mil Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, os quais estão predominantemente presentes na região Nordeste (40,8%). Conforme este mesmo levantamento, 54,8% estão presentes em ambiente rural, 34,8% em ambiente urbano e 10,4% em ambos.

Tendo como pano de fundo a magnitude da economia brasileira em 2013, podemos depreender a partir dos dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) que o faturamento anual dos Empreendimentos da Economia Solidária equivale a pouco mais de 0,01% do PIB daquele ano (Silva, 2017).

Em que pese o inequívoco dado de que o movimento autogestionário ainda é incipiente em termos econômicos no Brasil, é importante salientar que é possível construir viabilidade e sustentabilidade assentadas nos valores cooperativos e da economia solidária. Comprova esta assertiva a existência do Complexo Cooperativo de Mondragón (Espanha), onde funciona o maior conjunto de cooperativas de trabalho no mundo e a autogestão opera em um contexto de mais de 70 mil trabalhadores vinculados a empreendimentos solidários, diversificados em virtude de suas áreas de atuação mas também interconectados (Batista, 2019).

Voltando ao Brasil, dentre as categorias sociais que concorreram para alcançar a marca de mais de R\$ 567 milhões de reais faturados em 2013, é destacado o papel dos agricultores familiares e dos artesãos. Estes correspondiam a mais de 55% e 15% do total de sócios daquele período, respectivamente (Carvalho, 2019).

Outra categoria que dialoga com a economia solidária e que está presente no cotidiano das cidades é a categoria dos catadores de materiais recicláveis. A atividade destes coletivos responde a demanda de preservação do globo e sua atuação foi estimulada pela edição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010).

A estimativa mais recente (2012) mediu que em torno de 800 (oitocentos) mil catadores de materiais recicláveis viviam diretamente da reciclagem de 90% dos resíduos sólidos gerados em território brasileiro e que aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas eram beneficiárias indiretas desse processo (IPEA).

No entanto, o mesmo instituto divulgou em 2013 que a renda média percebida pelos catadores naquele período era de R\$ 571,56, quando o salário mínimo nacional era de R\$ 678,00.

Ainda que sejam duras as dificuldades enfrentadas para a consolidação da economia solidária enquanto alternativa de vida aos povos, isso não apaga o caráter educativo e emancipatório destes empreendimentos. Este princípio faz parte da essência destas organizações e constitui um diferencial e singularidade em relação às sociedades econômicas comuns (Oliveira, 2018; Abreu, 2020). Aqui, é importante a reflexão de que os caminhos da Economia Solidária e da Educação Popular trilham trajetórias convergentes, seja na potencialização do trabalho enquanto princípio educativo e de construção de cidadania, seja no fortalecimento de estruturas e didáticas alternativas à concepção pedagógica verticalizada (Ferrarini, 2015).

Então, de forma consistente com a literatura científica, é possível depreender dos sucintos dados e elaboração deste tomo que existe razoabilidade e potencialidade para o desenvolvimento do cooperativismo solidário enquanto proposta contra-hegemônica.



A razoabilidade se encontra no fato de que o modelo de trabalho por meio da autogestão se contrapõe frontalmente ao mecanismo capitalista em termos teóricos e práticos. Já a potencialidade se verifica na medida em que há um vasto campo a ser explorado para o desenvolvimento e consolidação da estratégia solidária de forma segura e sustentável, seja em âmbito regional, como nacional e internacional. Além disso, o modelo guarda peculiaridades, principalmente em relação ao princípio educativo, o que a diferencia sobremaneira em relação às sociedades capitalistas ordinárias.

## 2.2 Urgência, dilemas e desafios para a popularização e desenvolvimento do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.

Multiplicam-se os relatos científicos ao redor do mundo informando que as alterações climáticas já ultrapassaram um ponto de não-retorno. Ou seja, é muito provável que o equilíbrio do funcionamento atmosférico passe por uma transformação abrupta e não volte mais ao padrão que possibilitou as condições para a raça humana prosperar na Terra (Carniatto & Da Silva, 2021). Segundo estudos, esta irreversibilidade está dada também em relação ao declínio da biodiversidade nos habitats de nosso planeta (Goulder, 2020).

Em relação a estes desastres causados por fatores antrópicos assim como no tocante à pobreza, à desigualdade social e às necessidades humanas primárias, é pacífico o entendimento de que autoridades e sociedade civil tem pleno conhecimento a seu respeito e entendem que sua superação está no cerne dos esforços para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Contudo, tão assentada quanto esta consciência é o reconhecimento de que não estamos conseguindo resolver estes problemas enquanto espécie e civilização (Dowbor, 2013).

Em paralelo, vivemos um período de fragmentação e liquidez das relações interpessoais e de hiperconsumo em busca da felicidade efêmera (Gonçalves, 2021). Não por acaso, se observa desde a segunda metade do século XX um aumento vertiginoso dos casos de patologias mentais e do consumo de psicofármacos (De Castro, 2020).

Esse cenário reforça a necessidade implícita à popularização da economia solidária e da autogestão, o que pode se traduzir na aproximação de tão importante modelo de vida e trabalho com o cotidiano da sociedade, com os mecanismos de conservação ambiental e também na formação de cidadãos conscientes e quadros especializados para a tarefa da consolidação de uma nova matriz cultural e social balizada pelo fortalecimento dos vínculos, pela ética planetária com *Gaia* e com a vida. Nesse sentido, também é importante salientar que a construção coletiva de comunidades sustentáveis implica o reconhecimento da necessidade de mudanças do paradigma vigente (conjunto de pensamento, percepções, valores e ações). Portanto, o desenvolvimento destes fatores e do princípio de cooperação consiste em um grandioso e urgente desafio coletivo contemporâneo a ser enfrentado pela humanidade.

Entretanto, é dever salientar que existem severas críticas ao sistema autogestionário. Dentre estas cabe destacar que se elabora a partir da ótica marxista a percepção de que não é possível caracterizar a economia solidária enquanto resultado da luta dos trabalhadores contra o capitalismo. Outrossim, a observação por este prisma tampouco vislumbra no empreendimento de cooperação mútua a capacidade de superar o contexto hegemônico (Germer, 2007). Também, foi problematizado que o ato de advogar em favor da solidariedade enquanto vantagem competitiva seria uma postura que concorre para a alienação da classe trabalhadora (Wellen, 2008). Coerente com esta avaliação está a formulação de que o crescimento de um determinado coletivo se reflete em sua burocratização, se aproximando assim dos condicionantes gerenciais e mercantis em detrimento da coletividade (Benini, 2010).

Cientes de tais dilemas, é preciso conhecer a realidade objetiva no sentido de que há severas dificuldades para o movimento autogestionário crescer enquanto setor econômico relevante, seja em âmbito regional, nacional e internacional.

Nesta realidade, a inserção residual no mercado formal de trabalho se reflete em empreendimentos solidários dependentes do mercado capitalista e pouco diferenciados em função de sua atividade fim (Do Nascimento, 2017). Concomitantemente, é preciso lembrar que as pessoas que eventualmente venham a compor coletivos autogestionários são seres humanos que

desenvolveram a sua mentalidade e suas concepções a partir de suas vivências e experiências, as quais se sucedem no contexto do Sistema-Mundo Capitalista Neoliberal. Assim sendo, o utilitarismo e o individualismo permeiam as relações sociais entre os componentes dos empreendimentos (Barfknecht, 2006).

Realizar uma organização cooperativa em um contexto neoliberal muitas vezes se traduz em muitos desafios para competir em um mercado de trabalho capitalista. Conforme asseverou Eduardo Neves (2016), grande quantia de empreendimentos cooperativos e de economia solidária não conseguem superar gargalos tais como a necessidade de investimento em infraestrutura, a perda de colaboradores para o modelo celetista, as dificuldades para desenvolver tecnologias e inovações bem como à falta de acesso ao crédito e a inexistência de capital de giro.

Tais dificuldades foram ainda acentuadas no processo iniciado em 2015 de enfraquecimento e após descontinuidade da SENAES. Em relação a este assunto, é consensual a posição dos movimentos sociais e da academia no sentido de que a temática foi fragmentada enquanto política pública, perdendo assim espaço no debate político e capacidade de execução orçamentária (Castilho, 2020).

Por fim, o desconhecimento da comunidade acerca do tema associado a um arcabouço jurídico e institucional disfuncional também constituem obstáculos para o desenvolvimento do setor cooperativo e solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico (Rodrigues, 2016).

### 2.3 Perspectivas e caminhos para o fortalecimento e superação dos desafios e dilemas para a popularização do cooperativismo solidário enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico.

É patente na literatura do campo da ciência da administração que existe um esgotamento dos trabalhadores em relação a ambientes de trabalho desprovidos de propósito e pertencimento (Farjo, 2019). Portanto, existe uma crescente preocupação nos meios corporativos pela construção de climas

organizacionais que contemplem estas demandas (Neto, 2019). Vale notar que estas aspirações estão implicadas justamente no fortalecimento dos vínculos. Conforme vimos, este processo está na essência do agir solidário e cooperativo.

Nesse sentido, é possível verificar uma oportunidade para um possível incremento do número de empreendimentos autogestionários e dos seus respectivos postos de trabalho neste processo da readequação dos valores de vida e de trabalho. Esta se mostra imperativa no meio produtivo, inclusive onde há alta complexidade e valor agregado, conforme segue. Tal afirmação é verdadeira na medida em que parcelas relevantes da produção de conhecimento, suas aplicações e seus respectivos valores se prestam a mover mecanismos que carregam consigo riscos importantes à preservação da vida.

Temos exemplo disso na produção de armas químicas e nucleares, consumo contínuo e crescente de recursos não renováveis, estratégias de obsolescência programada, utilização irrefreada de pesticidas agrícolas e organismos geneticamente modificados, pesca predatória e métodos cruéis de abate para produção “eficiente” de proteína animal.

Mesmo na área científica da saúde, na qual idealmente a proteção da vida e do bem-estar são os princípios norteadores, nos deparamos com obras como “Medicamentos Mortais e Crime Organizado – Como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica” (2016). Neste livro, o Médico Dinamarquês Peter Gotzsche, Professor da Universidade de Copenhague e fundador da rede Cochrane sustenta e apresenta provas apontando que parcela significativa da indústria farmacêutica forja evidências, promove fraudes e extorsões para ampliação das vendas, principalmente na área de psiquiatria.

Considerando o contexto hegemônico, a readequação dos valores éticos se mostra característica fundamental do novo paradigma, tanto local quanto globalmente. Isso se reforça na medida em que a emergência da percepção ecológica e cooperativa - na qual todos os elementos vivos e não vivos da Biosfera são ligados e interdependentes entre si – se torna parte de nosso cotidiano e temos um sistema de ética radicalmente novo.

No contexto deste Novo Paradigma, os valores inerentes à preservação da natureza estão fundamentados na experiência espiritual de que o Eu e a realidade vivida são um só. Em última análise, quando a concepção de alma é entendida como a consciência contínua ao cosmos, temos a percepção ecológica como espiritual em sua essência mais pura. Nas palavras do Filósofo norueguês Arne Naess (1990):

*“O cuidado flui naturalmente se o “eu” é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da Natureza Livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos...Assim como não precisamos de nenhuma moralidade para nos fazer respirar...(da mesma forma) se o seu “eu”, no sentido mais amplo dessa palavra, abraça outro ser, você não precisa advertências morais para demonstrar cuidado e afeição...você o faz por si mesmo, sem sentir nenhuma pressão moral para fazê-lo. ... Se a realidade é experimentada pelo eu ecológico, nosso comportamento, de maneira natural e bela, segue normas de estrita ética ambientalista.”*

Portanto, é auspicioso que a produção intelectual e científica na área do cooperativismo e da autogestão volte o seu foco para a conversão de valores no âmbito da formação profissional, seja ela básica ou especializada. Para tanto, fomentar a complementaridade e a integração dos trabalhadores através da transdisciplinaridade, de modo a desenvolver ambientes multiprofissionais saudáveis e de excelência pode contribuir de forma determinante (Oderich, 2016).

Em âmbito internacional, o estudo intitulado “Habilidades para Trabalhos Verdes, Uma Perspectiva Global” (tradução livre), realizado pela Organização Internacional do Trabalho para a RIO+20 denota a importância de fortalecer estas características laborais. Marcadamente, os autores traçam o cenário global no qual os trabalhos verdes são essenciais para as soluções aos desafios ambientais, econômicos e sociais, de modo que políticas de incentivo a este tipo de atividade tem se tornado centrais ao redor do mundo. Além disso, é destacado o fato de que estas ocupações cada vez mais requerem maior quantidade, melhores e mais complexos saberes, competências e habilidades acerca dos conhecimentos ambientais, ecológicos e ecossistêmicos e socioeconômicos (Strietska-Illina, 2012).

Com isso em vista, se faz fundamental que os temas do cooperativismo, autogestão e economia solidária possam alcançar abordagem transversal, desde as políticas de educação básica e fundamental até a formação profissional propriamente dita (Schiochet, 2016).

Além da formação de quadros, é tarefa da militância autogestionária construir melhores condições de popularização e conscientização acerca dos princípios, práticas e as vantagens deste modo de vida, sem olvidar de disseminar as verdadeiras desvantagens e ameaças do sistema capitalista para a existência humana (Cano, 2020).

Para o alcance destes e outros propósitos, pode ser determinante a formulação de estratégias bem construídas. Nesse sentido, Baum e Dutton (1997) atentam ao fato de que para viabilizar estratégias de abordagem ampla, é imprescindível conhecer o ambiente ecossistêmico de fatores e influências variadas, especialmente ao considerarmos avaliar seu resultado de forma contínua.

De fato, a complexidade das tarefas e caminhos a serem trilhados é notória. Consistente com este fato, o Dr. Robinson Henrique Scholtz discorre em sua tese de doutorado - publicada em 2017 pela Unisinos - acerca da importância do aprofundamento dos estudos em gestão de pessoas, processos e organizações assim como em desenvolvimento humano e de lideranças no âmbito dos empreendimentos de economia solidária.

Segundo Medeiros *et. al* (2017) é a partir da consolidação dos empreendimentos (resultante do sucesso das medidas concorrentes para tal) é que surgem as condições para o estabelecimento da inovação social. Em outras palavras, iniciativas inovadoras para o bem-estar social florescem no solo da economia solidária quando “este solo é bem arado.” Neste sentido, o Professor Renato Dagnino aponta para a importância do desenvolvimento do tema da Tecnociência Solidária e do papel das incubadoras tecnológicas e sociais nesse processo (2019).

De modo geral, é possível encontrar inspiração para todos aqueles que lutam para desenvolver a Economia Social no Movimento Sem Terra (MST). Este movimento congrega 160 cooperativas espalhadas pelo Brasil, além de 120 unidades agroindustriais e 1900 associações, totalizando assim 400 mil

famílias assentadas (2021). Em que pesem divergências pontuais deste movimento para com os conceitos e práticas da Economia Solidária, o MST fortalece o trabalho coletivo das organizações, além de inovar nas áreas da Agroecologia, Agricultura Biodinâmica e Permacultura (Barbosa, 2020).

### **3 CONCLUSÃO**

Em atenção aos elementos trazidos à baila, podemos depreender que atuação solidária enquanto movimento emancipatório e contra-hegemônico está aquém do seu potencial. Nesse sentido, é cristalina a percepção de que em que pesem os avanços significativos ao longo do tempo, ainda temos um grande caminho para percorrer a fim de que os empreendimentos solidários representem uma parcela mais significativa da sociedade e da economia em termos de produção, consumo, número de pessoas e cifras. Tão importante quanto, é preciso evoluir também em termos simbólicos e de representatividade, pois é preciso que a cooperação seja percebida como modo de vida viável e sustentável por camadas cada vez maiores de nossas comunidades.

Como vimos, em que pesem obstáculos e contradições, é plenamente possível, viável e razoável envidar esforços a fim de elaborar estratégias e pavimentar a estrada para a ampliação da abrangência do cooperativismo solidário. O Solo é fértil para mudanças e existem múltiplas frentes de batalha a serem enfrentadas, para as quais serão necessários coordenação atuante e liderança ativa.

Para atingir esse objetivo pode ser muito útil e produtor o desenvolvimento de um "think tank" que não apenas permita a integração e a interação dos mais diversos empreendimentos solidários de forma estratégica, mas que também disponha de repositório de conteúdo e funcione como motor indutor do desenvolvimento de inovações tecnológicas e aprimoramento conjunto dos atores e redes do cooperativismo solidário em suas mais diversas atividades. Vale salientar que este tipo de instituto abarca espaço para a pauta e a disputa do poder político a partir da produção de estudos e conhecimentos, influenciando assim o debate público por meio do convencimento (Rigolin, 2013).

Por fim e em consonância com Euclides André Mancé (2005) a Economia Solidária precisa enfrentar de forma definitiva o desafio de consolidar a cultura da solidariedade e da colaboração. Para tanto, deverá lançar mão de todas as estratégias, ferramentas e conhecimentos à disposição, pois deste modo poderá lograr êxito enquanto divisor de águas da jornada humana na Terra. Elucidar as estratégias e caminhos mais rápidos e seguros para alcançar este objetivo constitui nobre tarefa à toda comunidade interessada.



#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Tatiana Losano de. Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos empreendimentos econômicos solidários. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso.**

ADAMS, Telmo. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. **Educação (UFSM)**, v. 39, n. 3, p. 577-588, 2014.

ALIER, Juan Martínez. Economia e ecologia: questões fundamentais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 7, 1988.

ANTUNES, Daví José Nardy et al. **Capitalismo e desigualdade.** 2011.

AZMANOVA, Albená; DE SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues. Anticapital para o século XXI (sobre a metacrise do capitalismo e as possibilidades abertas para a política radical). *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, v. 25, n. 01, p. 149-163, 2020.

BALSA, Javier; DE AZEVEDO COSTA, Diogo Valença; COELHO, Gabriel Bandeira. Teorias da Hegemonia: Epistemologias e Política. *Novos Olhares Sociais*, v. 4, n. 1, p. 4-7, 2021.

BARBOSA, Lisete et al. **Possibilidades de convergências entre economia solidária e buen vivir a partir da experiência do MST no Brasil.** 2020. Dissertação de Mestrado.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, p. 199-213, 2009.

BARFKNECHT, Kátia Salete; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; NARDI, Henrique Caetano. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de

trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 54-61, 2006.

BATISTA, Higor Caixeta; SILVA, Renato Mendes. MONDRAGON: O FUTURO OU UM MODELO EM DECLÍNIO?. **Revista Thêma et Scientia**, v. 9, n. 2, p. 28-45, 2019.

BAUM, Joel A. C.; DUTTON, Jane E. **Introduction: The Embeddedness of Strategy**. In: BAUM, Joel A. C.; DUTTON, Jane E. (Eds.). *Advances in Strategic Management: The Embeddedness of Strategy*. London: Emerald Group, 1997. v. 13. p. 1-15.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 605-619, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As duas fases da história e as fases do capitalismo. **Revista Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 168-189, 2011.

BORBA, Érika Loureiro et al. Economia solidária e cidadania. **VII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 2010.

CANO, Fernando Camillo Santos. As diversas faces da Economia Solidária: entraves e desafios para manutenção de sua gênese. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 3, p. 1975-1987, 2020.

CAPRA, Fritjof; EICHEMBERG, Newton Roberval. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, Vanderson G. O movimento social da economia solidária. **Belo Horizonte: DCP-FAFICH/UFMG**, 2007.

CARNIATTO, Irene; DA SILVA, Harrysson Luiz. Climate emergency: The challenges of feeling, being, thinking and living together on this travel on planet

Earth / Emergência climática: Os desafios de sentir, estar, pensar e viver juntos neste percurso no planeta Terra. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 3, n. 1., 2021

CARVALHO, Anna Carolina Oliveira et al. Economia solidária: análise do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 2019-09, 2019.

CASTILHO, Mara Lucy. Trajetória da Economia Solidária enquanto política pública no Brasil. **A Economia Em Revista-AERE**, v. 28, n. 2, 2020.

CHENG, Xin et al. Topic modelling of ecology, environment and poverty nexus: An integrated framework. **Agriculture, ecosystems & environment**, v. 267, p. 1-14, 2018.

CORRÊA, Darcísio; CORRÊA, Tobias Damião. Alternativas à globalização hegemônica: As Potencialidades Emancipatórias das Redes de Economia Solidária. **Revista Direito em Debate**, v. 21, n. 37, 2012.

**Credit Suisse**. Global Wealth Report, 2021 Disponível em: < <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html> > Acesso em: 26 jun. 2021.

DAGNINO, Renato. Tecnociência solidária: um manual estratégico. **Marília: Lutas Anticapital**, 2019.

DA CRUZ, Samyra Rodrigues. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 9, n. 2, 2020.

DA SILVA, Jucelia S. Giacomini; SCHULTE, Neide Köhler. O caso Justa Trama:

contexturas entre a economia solidária e as estratégias orientadas para a sustentabilidade no processo de Life Cycle Design. **Modapalavra e-periódico**, n. 13, p. 46-84, 2014.

DE CASTRO, Fabio Caprio Leite. A epidemia de patologias mentais e a sociedade do esgotamento. **Sociedade e ambiente: direito e estado de exceção**, p. 137.

DE MEDEIROS, Carolina Beltrão et al. Inovação social e empreendedorismo social: Uma análise sob a perspectiva da economia solidária. **GESTÃO. Org**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

DE PINHO, José Antonio Gomes; DOS SANTOS, Maria Elisabete Pereira. Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 257-279, 2015.

DO AMORIM, André Luis Marra; BRÜNING, Camila. A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos estudos organizacionais críticos brasileiros. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 3, p. 478-492, 2015.

DOS ANJOS, Eliene Gomes. Os impasses e as potencialidades das práticas autogestionárias das cooperativas de trabalho da economia solidária. **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 305, 2014.

DO NASCIMENTO, Evandro Cardoso; DENARDIN, Valdir Frigo. A contribuição de Karl Polanyi para as reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, 2015.

DO NASCIMENTO, Thassiany Cuellar et al. Limites econômicos da economia solidária: uma análise a partir do Sistema Nacional de Informações em

Economia Solidária (SIES). **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. 2013. **Artigos online**, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Brasiliense, 2017.

**INTERNATIONAL Cooperative Alliance**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/facts-and-figures>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Catadores de Materiais Recicláveis: Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília. IPEA, 2012

FAIRBAIRN, Brett et al. **The meaning of Rochdale: The Rochdale pioneers and the co-operative principles**. University of Saskatchewan, Centre for the Study of Co-operatives, 1994.

FARJO, Raissa Castilho et al. **Os significados do propósito na carreira contemporânea**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 06 de junho de 2020 de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22424/2/Raissa%20Castilho%20Farjo.pdf>.

FERRARINI, Adriane Vieira; ADAMS, Telmo. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 212-221, 2015.

FOLEY, Jonathan A. et al. Global consequences of land use. **science**, v. 309, n. 5734, p. 570-574, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: *Civitas- Revista de Ciências Sociais*, v.7 ,

n. 1 , jan-jun. 2007. p. 155-174.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 811-834, 2019.

GALAFASSI, Guido Pascual. Ecological crisis, poverty and urban development in Latin America. **Democracy & Nature**, v. 8, n. 1, p. 117-129, 2002.

GERMER, Claus. A economia solidária: uma crítica marxista. **Outubro**, n. 14, p. 193-214, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. GOMES, Maria Carmen Aires. Considerações sobre os estudos discursivos críticos: o projeto social discursivo de Norman Fairclough.

GOMES, M. C.; MELO, MS de S.; CATALDI, C. Gênero discursivo, mídia e identidade. **Viçosa: Ed. da UFV**, p. 13-31, 2007.

GIROUX, Henry A. The Covid-19 Pandemic Is Exposing the Plague of Neoliberalism 1. In: **Collaborative Futures in Qualitative Inquiry**. Routledge, 2021. p. 16-27.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Desejo na sociedade líquida de hiperconsumo. **Revista de Direito Público Contemporâneo**, v. 1, n. 1, 2021.

GOULDER, Lawrence H. Timing is everything: how economists can better address the urgency of stronger climate policy. **Review of Environmental Economics and Policy**, v. 14, n. 1, p. 143-156, 2020.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Proudhon encontra Fernando Prestes Motta na sala dos espelhos**. Revista ORG & DEMO, v. 9, n. 1/2, p. 7, 2010.

GØTZSCHE, Peter C. **Medicamentos Mortais e Crime Organizado: Como a Indústria Farmacêutica Corrompeu a Assistência Médica**. Bookman Editora, 2016.

HOBBSAWN, E. **A revolução Industrial**. In: **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 43-69.

**INTERNATIONAL Monetary Fund**. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLs/world-economic-outlook-databases#sort=%40imfdate%20descending> > Acesso em: 15 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Edições Redelp, 2020.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, 2010.

MAISURIA, Alpesh. Neoliberal hegemony and the task for critical education. **Rethinking Critical Pedagogy**, 2020.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes de colaboração solidaria. **Artigo apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha**, 2005.

MOTTA, FCP; BUROCRACIA, F. Autogestão. In.: **\_. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense**, p. 133-167, 1981.

**MOVIMENTO sem terra International.** Disponível em: < <https://mst.org.br/nossa-producao/> > Acesso em: 17 ago. 2021.

MUJICA, Oscar J.; VICTORA, Cesar G. Social vulnerability as a risk factor for death due to severe paediatric COVID-19. **The Lancet Child & Adolescent Health**, 2021.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle: outline of an ecosophy.** Cambridge university press, 1990.

NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão e o novo cooperativismo.** Brasília, Maio, 2004. 4p. Disponível em: < [https://base.socioeco.org/docs/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](https://base.socioeco.org/docs/prog_autogestaocooperativismo.pdf) > Acesso em: 15 jun. 2021.

NETO, Agripino Souza Coelho. Economia solidária. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 24 Ago., 2016.

NETO, Manoel Bastos Gomes et al. Um estudo de clima organizacional e suas aplicações. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 8, n. 1, p. 73-98, 2019.

NEVES, Ednalva Felix das et al. Percepções sobre as contradições e dificuldades de inserção e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no mercado. 2016.

OLIVEIRA, Alysson André Régis. O movimento de economia solidária: essencialidades do princípio educativo. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 76, p. 187-208, 2018.



OLIVEIRA, Alysson André Régis. O movimento de economia solidária: essencialidades do princípio educativo. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 76, p. 187-208, 2018.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, v. 5, n. 11, 2004.

**OXFAM International.** Disponível em: < [cms/files/115321/1611531366bp-the-inequality-virus-110122\\_PT\\_Final\\_ordenado.pdf](https://cms/files/115321/1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf) > Acesso em: 19 jun. 2021.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. A construção da “hegemonia” neoliberal no Brasil. **Revista Sinais**, v. 1, n. 19, 2016.

PENNA, Tullia. Why a Bioethical Approach is Needed in Addressing Health Risks Stemming from Pandemics Due to Zoonoses Linked to Human Impact on Biodiversity?. 2021.

PINHEIRO, Daniel Calbino. O Estado da arte da produção científica em economia solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 95-103, 2016.

PINHO, D. B.; **O embasamento teórico-doutrinário da atividade cooperativista.** In: Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 65-88.

RAWLES, Kate. International Dimensions of Climate Change. 2010.

REES, William E. Economic development and environmental protection: an ecological economics perspective. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 86, n. 1, p. 29-45, 2003.

RIGOLIN, Camila Carnerio Dias; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A produção de conhecimento institucionalizado nos think tanks

brasileiros: ciência, tecnologia e inovação segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (1995-2010). **Universitas Humanística**, n. 76, p. 393-418, 2013.

RODRIGUES, Themístocles et al. Extensão e incubadoras universitárias em economia solidária: Gestão, desafios e perspectivas no Brasil. 2016.

SCHIOCHET, Valmor; SILVA, Regilane. A formação de gestores na política pública de economia solidária. **Revista Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2016.

SCHOLZ, Robinson Henrique. " Se tem que resolver, pensamos juntos e colocamos em ação": estratégia como prática no desenvolvimento da liderança solidária compartilhada. 2017.

**SEBRAE**. DataSebrae, Painel de Empresas Rio Grande do Sul, 2020 Disponível em: < <https://datasebrae.com.br/empresas-rs/> > Acesso em: 25 mai. 2021.

SILVA, Fabiano André Gonçalves et al. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN). **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011.

SILVA, Sandro Pereira. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Texto para Discussão, 2017.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

**SISTEMA OCB**. Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2020 Disponível em: < <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo> > Acesso em: 15 mai. 2021.

**SISTEMA OCERGS.** Expressão do Cooperativismo Gaúcho, 2020 Disponível em: <  
<https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/expressao-cooperativismo-gaucha-2020-ano-base-2019-consolidado.pdf> > Acesso em: 15 mai. 2021.

STRIETSKA-ILINA, Olga et al. **Skills for green jobs: A global view.** Geneva: International Labour Organisation, 2012.

**UNICOPAS.** Quem Somos, Disponível em: <  
<https://unicopas.org.br/quem-somos/> > Acesso em 07 jul. 2021

VON BRAUN, Joachim et al. Ending hunger by 2030—policy actions and costs. 2021.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 105-115, 2008.

**WORLD Bank.** Disponível em: <  
<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN> > Acesso em 30 jun. 2021